

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.565.279 - RJ (2019/0246159-7)

RELATOR : **MINISTRO HERMAN BENJAMIN**
AGRAVANTE : B DO B L
ADVOGADOS : PEDRO HENRIQUE MENEZES NAVES - DF016233
GUILHERME MENEZES NAVES - DF016826
DANIEL FONSÊCA ROLLER - DF017568
LUIZ ROGÉRIO SAWAYA BATISTA - SP169288
BRUNO TADAYOSHI HERNANDES MATSUMOTO -
SP258650
NILSON VITAL NAVES - DF032979
RODRIGO REZENDE DE PÁDUA - DF034550
AGRAVADO : FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de Agravo de decisão que inadmitiu Recurso Especial (art. 105, III, "a", da CF) interposto contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 2ª Região cuja ementa é a seguinte:

TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXCLUSÃO DO POLO PASSIVO DA EXECUÇÃO FISCAL. JUÍZO FALIMENTAR. DECLARAÇÃO DE INEFICÁCIA DE ATO. ART. 129 DA LEI Nº 11.101/2005. EFEITOS. MASSA FALIDA.

1. Trata-se de agravo de instrumento interposto por BIMBO DO BRASIL S/A em face de decisão proferida pelo Juízo da 2ª Vara Federal de Execução Fiscal / ES que rejeitou a exceção de pré-executividade oposta.

2. Relata a Recorrente que cuida-se de execução fiscal proposta pela UNIÃO FEDERAL / FAZENDA NACIONAL originalmente em face de Pão Gostoso Indústria e Comércio S.A. ("Pão Gostoso"), a qual foi redirecionada à BIMBO DO BRASIL LTDA. ("Bimbo do Brasil") no curso do processo.

3. Narra que noticiara a falência das sociedades MRTG Industrial e Comercial Ltda. ("MRTG"), Fire Participações Ltda. ("Fire Participações") e da Devedora Originária (Pão Gostoso), por meio de decisão proferida pelo Juízo Universal do processo falimentar (0013987-67.2002.8.08.0024) de uma das sociedades do grupo econômico de fato, a sociedade denominada San Francisco de São Gonçalo. Nessa decisão, o Juízo Universal declarara, na forma do artigo 129 da Lei nº 11.101/2005, a ineficácia dos negócios jurídicos de aquisição de maquinários e marcas entre Bimbo do Brasil e as sociedades MRTG e Fire Participações.

4. Entende que a declaração de ineficácia proferida pelo Juízo Universal também afetaria e vincularia a União, cujo crédito também integra a massa falida, o que significaria dizer que, se os negócios jurídicos não

produzem efeitos perante a massa falida, também não gerariam efeitos em relação ao crédito da União.

5. Esta E. Corte já tem o entendimento firmado quanto ao reconhecimento da empresa Bimbo do Brasil Ltda., na condição de sucessora das empresas que integram o GRUPO FIRENZE/PÃO GOSTOSO. Precedentes: TRF2, AC 2011.50.01.0112679, Relatora Desembargadora Federal LANA REGUEIRA, Terceira Turma Especializada, 26/09/2016; AG 2010.02.01.0168309, DJE 04/05/2011 e AC nº 201350010072642/ES, Relator Desembargador Federal LUIZ ANTONIO SOARES, Quarta Turma Especializada 13/01/2017.

6. A decisão proferida pelo Juízo Universal, declarando ineficaz ato praticado, deixou de produzir efeitos relativamente à massa falida - ineficácia - produzindo todos os efeitos para os quais estava preordenado em relação a outros sujeitos de direito.

7. O efeito que a Agravante pleiteia com a decisão proferida pelo Juízo Universal - a sua exclusão do feito executivo - descabe, na medida em que o ato declarado ineficaz continua a produzir efeitos, salvo para a massa falida.

8. Agravo de instrumento improvido.

Os Embargos de Declaração foram rejeitados (fl. 1.707, e-STJ).

A parte agravante, nas razões do Recurso Especial, sustenta que ocorreu violação dos arts. 489 e 1.022 do CPC/2015; 76, 129 e 136 da Lei 110.101/2005; e 185 do CTN, sob o argumento de que "uma vez ineficaz o negócio jurídico, o efeito é a afetação do bem ou direito objeto do negócio jurídico, destinando-o ao pagamento do respectivo credor, sujeitando o adquirente a disponibilizar o bem ou o valor equivalente ao credor ou sofrer com os efeitos dos atos de constrição e expropriação que recaírem sobre o bem ou direito, apenas e tão-somente."

Contraminuta apresentada às fls. 1.894-1.898, e-STJ.

É o **relatório**.

Decido.

Os autos foram recebidos neste Gabinete em 19.9.2019.

Inicialmente, constato que não se configurou a afronta aos arts. 489 e 1.022 do Código de Processo Civil/2015, uma vez que o Tribunal de origem julgou integralmente a lide e solucionou a controvérsia, como lhe foi apresentada.

Não é o órgão julgador obrigado a rebater, um a um, todos os argumentos trazidos pelas partes em defesa da tese que apresentaram. Deve apenas enfrentar a demanda, observando as questões relevantes e imprescindíveis à sua resolução.

Ademais, verifica-se que o acórdão impugnado está bem fundamentado, inexistindo omissão ou contradição. Vale destacar que o simples descontentamento da parte com o julgado não tem o condão de tornar cabíveis os Embargos de Declaração, que servem ao aprimoramento da decisão, mas não à sua

modificação, que só muito excepcionalmente é admitida.

Confirmam-se:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS À EXECUÇÃO. ART. 535, I e II, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. AUSÊNCIA DE VÍCIO. PERCENTUAL DOS JUROS DE MORA. COISA JULGADA. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. NÃO CABIMENTO. SEGUNDOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ABUSIVIDADE MANIFESTA. APLICAÇÃO DE MULTA. POSSIBILIDADE. ART. 538, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.

I - A oposição de embargos de declaração, consoante o disposto no art. 535, I e II, do Código de Processo Civil, é restrita às hipóteses de correção de obscuridade, contradição ou omissão no acórdão embargado, revelando-se tal via inadequada para a pretensão de rejugamento da causa.

II - Para interpretação de toda decisão judicial, não basta o exame de seu dispositivo, integrado que está à fundamentação que lhe dá sentido e alcance; havendo dúvidas, deve ser adotada a que seja mais conforme à fundamentação e aos limites da lide, em harmonia com o pedido formulado na inicial, conforme expressamente consignado no MS 6.864/DF, ou seja, juros de mora de 1% ao mês.

III - A impropriedade da alegação nos segundos aclaratórios opostos com o escopo de rediscutir a suposta existência de vícios no julgado, já enfrentada nos primeiros embargos de declaração, constitui prática processual abusiva sujeita à aplicação de multa, nos termos do art. 538, parágrafo único, do Código de Processo Civil.

IV - Embargos de declaração rejeitados, com aplicação de multa de 1% sobre o valor atualizado da causa.

(EDcl nos EmbExeMS 6.864/DF, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, TERCEIRA SEÇÃO, DJe 21/8/2014).

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ALEGAÇÃO DE IMPENHORABILIDADE DO BEM. PEQUENA PROPRIEDADE RURAL. PREQUESTIONAMENTO. NECESSIDADE.

1. Os embargos de declaração são cabíveis quando constar, na decisão recorrida, obscuridade, contradição ou omissão em ponto sobre o qual deveria ter se pronunciado.

(...)

(Resp 1.222.936/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJe 26/2/2014).

Em relação ao mérito, melhor sorte não assiste a parte insurgente. No presente caso, o Tribunal de origem consignou (fls. 1.630-1.633, e-STJ):

Inicialmente cumpre destacar, que a existência do grupo econômico de fato/grupo econômico familiar denominado GRUPO FIRENZE/PÃO GOSTOSO é assunto recorrente na Justiça Federal, tendo sido reconhecida em inúmeros processos, perante inúmeras Varas, inclusive por esta E. Corte. Assim também, no bojo de inúmeros processos, tramitando em inúmeras Varas e também nesta E. Corte, a empresa BIMBO DO BRASIL LTDA. foi reconhecida como sua sucessora (processos nº 2011.02.01.0003295; 2009.02.01.0057790; 2011.02.01.0025930 e 2010.02.01.0168309)

(...)

Assim, verifica-se, que já restou decidido por esta E. Corte a responsabilidade da Agravante pelo passivo do grupo com o qual negociou, considerando as disposições contidas no art. 133 do CTN, na medida em que inequívoca a aquisição de fundo de comércio, com a aquisição de maquinários, com a utilização do estabelecimento comercial e com o uso da marca FIRENZE, que se integra ao fundo de comércio, juntamente com as instalações industriais, além do aproveitamento da clientela e de alguns empregados que se encontravam ligados às empresas do grupo FIRENZE.

O acolhimento da tese de infringência à legislação federal não decorre diretamente de sua interpretação, ou da interpretação que o Tribunal de origem a ela conferiu, mas do indispensável (e impossível, nos termos da Súmula 7/STJ) afastamento das premissas fáticas acima descritas. A propósito:

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. OFENSA AOS ARTS. 489 E 1.022 DO CPC NÃO CONFIGURADA. VIOLAÇÃO DA LEGISLAÇÃO FEDERAL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. PRESCRIÇÃO REGIDA PELO ART. 178, § 9º, DO CC/1916. INAPLICABILIDADE AO CASO CONCRETO. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. ALÍNEA "C". EXAME PREJUDICADO.

1. A controvérsia tem por objeto acórdão que confirmou a responsabilidade solidária da empresa contra a qual foi redirecionada a Execução Fiscal, após o reconhecimento de simulação entre as pessoas jurídicas de direito privado "Canamor Agro Industrial e Mercantil S/A" (recorrente) e "Indústrias Matarazzo de Óleos e Derivados" (devedora original).

(...)

5. O acolhimento da tese de inexistência de sucessão (art. 133 do CTN) e de não configuração da hipótese de responsabilidade tributária por solidariedade (art. 124 do CTN), como se vê, não decorre diretamente da exegese da legislação federal, ou da interpretação que o Tribunal de origem a ela conferiu, mas do

indispensável (e impossível, nos termos da Súmula 7/STJ) afastamento das premissas fáticas acima referidas.

6. Quanto ao art. 178, § 9º, V, "b", do CC/1916, tem-se que, embora o Tribunal a quo tenha afastado a ocorrência da prescrição, a norma é absolutamente impertinente ao caso concreto. A tese defendida pela empresa recorrente é que prescreveu o prazo para anular os atos de simulação.

7. Não obstante, o ente público não apresentou pretensão nesse sentido. O objetivo perseguido - e atingido - pela Fazenda Estadual é o de ver reconhecida a existência de responsabilidade tributária por solidariedade, atingindo-se os bens do patrimônio da empresa recorrente. Em momento algum constou valoração, no acórdão hostilizado, de que a Fazenda Pública tenha pretendido afastar a transferência (ocultação) dos bens da família Matarazzo, com a finalidade de restituí-los ao proprietário original, para então obter (contra o devedor original) a satisfação da pretensão creditória - o que afasta qualquer utilidade na análise de sua incidência no caso concreto.

8. Pelo motivo acima exposto, fica prejudicada a análise do dissídio jurisprudencial com os arestos paradigmas da Segunda Seção (referentes à exegese, nas relações de direito privado, do art. 178, § 9º, do CC/1916).

9. Recurso Especial parcialmente conhecido, apenas em relação à tese de violação dos arts. 489 e 1.022 do CPC, e, nessa extensão, não provido.

(REsp 1.778.988/SP, Relator Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe 29/05/2019), grifei.

Caso exista nos autos prévia fixação de honorários de advogado pelas instâncias de origem, determino a sua majoração, em desfavor da parte recorrente, no importe de 10% (dez por cento), sobre o valor já arbitrado, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão da gratuidade da justiça.

Diante do exposto, conheço do Agravo para conhecer parcialmente do Recurso Especial, somente com relação à preliminar de violação dos arts. 489 e 1.022 do CPC/2015, e, nessa parte, negar-lhe provimento.

Publique-se.

Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 18 de novembro de 2019.

MINISTRO HERMAN BENJAMIN

Relator